

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.845.316 - RS (2019/0320411-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**RECORRENTE** : CAROLINA DAMSCHI  
**RECORRENTE** : GLAUCIA MARIA DAMSCHI  
**ADVOGADO** : ELPIDIO MORETTI ESTEVAM - MT004877  
**RECORRIDO** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADO** : NELSON PILLA FILHO - RS041666  
**INTERES.** : GILBERTO PEREIRA DA SILVA  
**ADVOGADO** : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE0000000M

**EMENTA**

RECURSO ESPECIAL. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL PIGNORATÍCIA. TÍTULO DE CRÉDITO. NECESSIDADE DE JUNTADA DO DOCUMENTO ORIGINAL NA EXECUÇÃO. POSSIBILIDADE DE ABERTURA DE PRAZO PARA O AUTOR. AVAL. CABIMENTO. SÚMULA 83/STJ. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por CAROLINA DAMSCHI e OUTRA, com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, no qual insurgem contra acórdão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul assim ementado (e-STJ, fl. 271):

APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO DE COBRANÇA. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL PIGNORATÍCIA. JUNTADA DA VIA ORIGINAL DO TÍTULO EXEQUENDO. DESNECESSIDADE.

Desnecessária a juntada da via original do contrato que instrui a execução, porquanto tal exigência está restrita aos títulos que possuem livre circulação, não sendo a hipótese do caso concreto. Inteligência no art. 425, VI do CPC/15.

ILEGITIMIDADE PASSIVA POR NULIDADE DO AVAL. O art. 60 do Decreto lei 167/1967 não estipula qualquer vedação à prestação de aval por pessoa física em Cédula Rural Pignoratícia.

Afastada a alegação de ilegitimidade passiva.

PREQUESTIONAMENTO. O prequestionamento de normas constitucionais e infraconstitucionais fica implicitamente atendido nas razões de decidir, o que dispensa manifestação individual acerca de cada dispositivo legal suscitado.

APELO DESPROVIDO.

No recurso especial, a recorrentes apontam, além de divergência jurisprudencial, violação dos arts. 798, *a*, do CPC/2015; 10 da Lei n. 8.929/1994; e 10 e 60, § 3º, do Decreto-Lei n. 167/1967.

Esclarecem que se opõem ao acórdão que atribuiu validade à simples cópia de cédula de crédito rural pignoratícia para instruir a execução. Arguem não ser válido o fundamento de que tal título de crédito não seria passível de circulação, portanto, desnecessária a juntada do documento original. No ponto, sustentam que essa cédula é apta à transferência e circulação, por endosso, cessão de crédito e outras formas. Apontam que foi juntada uma cópia do título, não se tratando, portanto, de reprodução digitalizada, mencionada no art. 425, VI, do CPC/2015.

Ponderam serem partes ilegítimas para a causa, pois não devem a quantia objeto da ação nem reconhecem o débito (e-STJ, fls. 300-330).

Contraminuta não apresentada (e-STJ, fl. 640-).

Juízo positivo de admissibilidade (e-STJ, fls. 651-656).

Brevemente relatado, decido.

Primeiramente, é relevante enfatizar que é válido o aval prestado por terceiros em Cédula de Crédito Rural, conforme arestos do STJ (aplicação da Súmula 83/STJ).

À guisa de exemplo:

DIREITO EMPRESARIAL. TÍTULOS DE CRÉDITO. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. GARANTIA CAMBIAL. TERCEIRO AVALISTA. VALIDADE. INTERPRETAÇÃO DO ART. 60, § 3º, DO DECRETO-LEI N. 167/1967. VEDAÇÃO QUE NÃO ATINGE AS CÉDULAS DE CRÉDITO RURAL.

1. É válido o aval prestado por terceiros em Cédulas de Crédito Rural, uma vez que a proibição contida no § 3º do art. 60 do Decreto-Lei n. 167/1967 não se refere ao caput (Cédulas de Crédito), mas apenas ao § 2º (Nota Promissória e Duplicata Rurais).

2. Em casos concretos, eventual excesso de garantia poderá ser decotado pelo Judiciário quando desarrazoado, em observância do que dispõe o art. 64 do Decreto-Lei n. 167/1967, segundo o qual "os bens dados em garantia assegurarão o pagamento do principal, juros, comissões, pena convencional, despesas legais e convencionais com as preferências estabelecidas na legislação em vigor".

3. Recurso especial provido.

(REsp 1315702/MS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 10/03/2015, DJe 13/04/2015)

O acórdão entendeu que era desnecessária a apresentação do título original,

pois a Cédula de Crédito Rural Pignoratícia não poderia ser objeto de circulação. Além disso, a juntada de cópia supriria o requisito da necessidade da original.

Veja-se (e-STJ, fl. 256):

Concernente à exigência de apresentação do título original, tem-se que se mostra desnecessária. Há de se ressaltar que tal obrigação somente é aplicável aos títulos elencados no art. 784 do NCPC, ante a possibilidade de circulação destes, o que não ocorre no título do presente caso.

Ademais, o art. 425, VI, do CPC/15 também afasta a necessidade da juntada do título original aos autos:

[...]

Todavia, a Cédula Rural Pignoratícia é título de crédito previsto no Decreto-Lei n. 167/1967, conforme expressamente autoriza o art. 784, XII, do CPC/2015. Dessa forma, trata-se de título eficaz a instruir a ação. Para tanto, é necessária a apresentação do documento original na ação executiva, não sendo suficiente a mera cópia.

Isso porque "a juntada do original do documento representativo de crédito líquido, certo e exigível é a regra, sendo requisito indispensável para todas as demandas nas quais a pretensão esteja amparada na referida cártula" (AgInt nos EDcl no AREsp 899.121/RS, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, julgado em 30/08/2018, DJe 11/09/2018).

Ademais, a "dispensa da juntada do original do título somente ocorre quando há motivo plausível e justificado para tal" (REsp 1.27.7394/SC, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 16/02/2016, DJe 28/03/2016). *In casu*, as instâncias ordinárias não demonstram nenhum elemento indicativo da necessidade de dispensa do título original.

A propósito:

RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - DETERMINAÇÃO DE EMENDA À INICIAL A FIM DE QUE FOSSE APRESENTADO O TÍTULO ORIGINAL DA CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO - PROVIDÊNCIA NÃO ATENDIDA SEM CONSISTENTE DEMONSTRAÇÃO DA INVIABILIDADE PARA TANTO - TRIBUNAL A QUO QUE MANTEVE A SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL, NOS TERMOS DO ART. 267, INC. I, DO CPC, POR AFIRMAR QUE A CÓPIA DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO É INÁBIL PARA EMBASAR A DEMANDA. INSURGÊNCIA DA CASA BANCÁRIA.

Hipótese: Controvérsia acerca da necessidade de apresentação do

título original do contrato de financiamento com garantia fiduciária (cédula de crédito bancário) para instruir a ação de busca e apreensão.

1. Possibilidade de recorrer do "despacho de emenda à inicial".

Excepciona-se a regra do art. 162, §§ 2º e 3º, do Código de Processo Civil quando a decisão interlocutória puder ocasionar prejuízo às partes. Precedentes.

2. Nos termos da Lei nº 10.931/2004, a cédula de crédito bancário é título de crédito com força executiva, possuindo as características gerais atinentes à literalidade, cartularidade, autonomia, abstração, independência e circulação.

O Tribunal a quo, atento às peculiaridades inerentes aos títulos de crédito, notadamente à circulação da cártula, diligente na prevenção do eventual ilegítimo trânsito do título, bem como a potencial dúplice cobrança contra o devedor, conclamou a obrigatoriedade de apresentação do original da cédula, ainda que para instruir a ação de busca e apreensão, processada pelo Decreto-Lei nº 911/69.

A ação de busca e apreensão, processada sob o rito do Decreto-Lei nº 911/69, admite que, ultrapassada a sua fase inicial, nos termos do artigo 4º do referido regramento normativo, deferida a liminar de apreensão do bem alienado fiduciariamente, se esse não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, o credor tem a faculdade de, nos mesmos autos, requerer a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva.

A juntada do original do documento representativo de crédito líquido, certo e exigível, consubstanciado em título de crédito com força executiva, é a regra, sendo requisito indispensável não só para a execução propriamente dita, mas, também, para todas as demandas nas quais a pretensão esteja amparada na referida cártula.

A dispensa da juntada do original do título somente ocorre quando há motivo plausível e justificado para tal, o que não se verifica na presente hipótese, notadamente quando as partes devem contribuir para o adequado andamento do feito, sem causar obstáculos protelatórios.

Desta forma, quer por força do não-preenchimento dos requisitos exigidos nos arts. 282 e 283 do CPC, quer pela verificação de defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, o indeferimento da petição inicial, após a concessão de prévia oportunidade de emenda pelo autor (art. 284, CPC), é medida que se impõe. Precedentes.

3. Recurso especial desprovido.

(REsp 1277394/SC, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 16/02/2016, DJe 28/03/2016)

Entretanto, não cabe falar em extinção do feito, ante a ausência da cártula original. A jurisprudência desta Corte Superior "é firme no sentido de que cabe ao Juízo, quando a parte instrui a inicial com cópia autenticada do título executivo, abrir prazo para que

emende a inicial juntando o título original. Tendo o demandante deixado transcorrer in albis o prazo para colacionar a via original da cédula de crédito, é cabível ao agistrado, então, julgar extinto o feito" (AgRg no AREsp 605.423/SC, Rel. Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 3/09/2015, DJe 1º/10/2015).

Os autos não demonstram que o recorrido teve a oportunidade de juntar o documento original, razão por que é imperiosa a anulação dos julgados, para que essa faculdade processual possa ser por ele exercida, se houver interesse.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial, a fim de anular os julgados já proferidos, determinando ao Magistrado singular que abra vista dos autos ao autor para que, caso haja interesse, junte a Cédula de Crédito Rural Pignoratícia original.

Publique-se.

Brasília (DF), 04 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator